

DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DOS ESPAÇOS RURAIS EM PORTUGAL: ABORDAGENS E TIPOLOGIAS

AZEVEDO, NUNO
CEGOT / EHATB, Portugal.
nazevedo81@gmail.com
SÁ MARQUES, T.
CEGOT / FLUP, Portugal.
RAMOS, L.
ECT-UTAD, Portugal.

Resumo

As transformações em curso nos territórios de baixa densidade evidenciam um processo de diferenciação territorial. Assiste-se a uma recomposição dos espaços rurais, onde as macrotendências interagem com as micro realidades e as micro tendências construindo um mosaico territorial muito diversificado. Este artigo analisa algumas tipologias territoriais, pondo em evidência a diversidade e heterogeneidade das perspectivas e dos resultados, o que é, em si mesmo, um reflexo do carácter multifacetado do objeto de estudo.

Palavras-chave: Diferenciação Territorial, Espaços Rurais, Tipologias, Portugal

Abstract

DIVERSITY AND HETEROGENEITY OF THE RURAL AREAS IN PORTUGAL:
APPROACHES AND TYPOLOGIES

The changes taking place in low density territories underscore a process of spatial differentiation. Rural areas are being restructured, where macro trends interact with micro realities and micro trends, progressively building a highly diversified spatial mosaic. This paper intends to analyse a few spatial typologies, highlighting the diversity and heterogeneity of the prevailing perspectives and results, which is in itself an indicator of the multifaceted nature of the object of study.

Keywords: Spatial Differentiation; Rural Areas, Typologies, Portugal

1. INTRODUÇÃO

As classificações e análises territoriais tradicionais partiam duma diferenciação entre as áreas urbanas e as áreas rurais. As primeiras associadas às atividades industriais e de serviços, e as segundas às atividades primárias. Considerava-se que o progresso e a inovação eram privilégio das áreas urbanas, enquanto no meio rural os processos de desenvolvimento eram mais morosos. As evoluções recentes tornam obsoleta a oposição de forma e de função entre o meio rural e o meio urbano (OCDE, 2001; MANDL *et al.*, 2007). Hoje é clara a predominância de um rural não agrícola, tendo a transformação do espaço rural sido promovida em grande parte pela ocorrência de transformações

importantes, nomeadamente no funcionamento do mercado, nos hábitos culturais, na mecanização da agricultura (BAPTISTA, 2003).

Uma leitura da bibliografia sobre os temas da ruralidade e do rural sugere que são conceitos suscetíveis de possuir diversos significados. Não parece existir uma definição homogénea, consequência da diversidade de espaços rurais existentes e da variedade de imagens socialmente construídas sobre esses espaços. A multiplicidade e diversidade do rural explicam a dificuldade em caracterizá-lo, não existindo uma definição aceite e satisfatória para a generalidade dos autores e investigadores (OCDE, 2006).

Não obstante, o espaço rural continua sendo assimilado a baixas densidades populacionais e a pequenas aglomerações, com uma sociabilidade própria e onde predominam as paisagens naturais (MILIAN *et al.*, 2012). Não existe um conceito único e inequívoco de rural pois os espaços rurais são diversificados e heterogéneos embora tendencialmente apresentem dinâmicas regressivas, daí a sua progressiva associação à baixa densidade (WANDERLEY, 2000). Recentemente a Comissão Europeia, nomeadamente os projetos do ESPON têm avançado significativamente na identificação de tipologias territoriais no espaço europeu. Relativamente aos espaços rurais, o projeto EDORA desenvolve uma abordagem integrada e prospetiva das mudanças em curso.

No caso concreto de Portugal, os espaços rurais têm vindo a manifestar processos de transformação significativos e a evidenciar múltiplas dinâmicas territoriais (AZEVEDO, 2010). O próprio conceito de espaço rural tem sido analisado sob diferentes contextos e perspetivas. Este artigo focaliza-se nos territórios rurais em Portugal e analisa algumas tipologias territoriais, pondo em evidência a diversidade e heterogeneidade das abordagens e dos resultados. Apresentam-se alguns exercícios de classificação realizados na última década em Portugal e as correspondentes tipologias territoriais relativas aos espaços rurais. Finalmente, sintetiza-se os tipos e características do rural considerados nos estudos analisados e tecem-se algumas considerações sobre a relação entre a diversidade das categorias e das representações do rural.

2. A MUTAÇÃO DOS CONCEITOS E DAS REPRESENTAÇÕES DO RURAL

Os conceitos e as representações do rural em Portugal sofreram uma metamorfose profunda nas últimas décadas. Num passado ainda recente, os espaços rurais evocavam população isolada ou distribuída por pequenos aglomerados, ambiente natural, população ativa na agricultura e fontes de rendimento primárias, contactos diários, relações familiares e vivência comunitária, recordações e memórias partilhadas, um enraizamento e um sentimento de pertença (CAVACO, 2009). Todavia, e segundo esta mesma autora, a conjuntura atual remete o espaço rural ao declínio da agricultura e da entreatajuda, associada às dificuldades de emprego, à falta de oportunidades laborais, à pobreza, ao desconforto, à marginalidade, à insegurança, ao êxodo, ao envelhecimento, ao despovoamento, ao isolamento, à degradação das infraestruturas e dos serviços de apoio, à insatisfação quanto à qualidade de vida e à animação local.

O rural surge também associado a outros sectores de atividade e fontes de rendimento, bem como à afirmação de funções residenciais para habitantes de outras origens e a mobilidades muito complexas. Salienta-se o afastamento entre o rural e a agricultura, ou seja, quanto mais agricultura menos rural (BAPTISTA, 2010). No entanto, as áreas rurais continuam, muitas vezes, a ser definidas por oposição ao urbano em resultado de discursos associados à qualidade de vida. Um elemento que se

evidencia nos territórios rurais é a sua menor coincidência com a atividade agrícola, tratando-se de espaços classificados como pós-agrícolas, que se continuam a despovoar e cuja população continua a envelhecer, apresenta reduzidas taxas de atividade, altos níveis de analfabetismo e baixa escolaridade. Esta dimensão foi analisada pelo Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar do Ministério da Agricultura (GPPAA, 2003) tendo conduzido à identificação das seguintes categorias de rural: “rural dinâmico/agricultura competitiva”; “rural dinâmico/agricultura frágil”; “rural frágil/agricultura competitiva”; “rural frágil/agricultura”.

Os exercícios de delimitação e classificação dos espaços rurais baseiam-se, sobretudo, nas densidades, nas dinâmicas populacionais, nas atividades e rendimentos, permitindo distinguir urbano denso, urbano difuso, agricultura intensiva, agricultura extensiva, espaços mais ou menos naturais. Carmindo Cavaco (2009), por exemplo, diferencia os territórios rurais em Portugal em quatro categorias: rural periurbano, rural residencial, rural agrícola e rural profundo. Por seu turno, Oliveira Baptista (2003) identifica rural urbano, rural da indústria e serviços, rural agrícola e rural de baixa densidade. Nestas últimas categorias, surge um rural emagrecido de agricultura e pastoreio e que ocupa mais de metade do Continente. Destaca-se uma diversidade de territórios, do claramente urbano ao rural profundo, apontando para diferentes *continuum(s)* pois passamos da dicotomia rural – urbano à urbanização dos campos, embora tal não impeça a existência de uma dinâmica intrínseca dos territórios rurais.

Durante décadas o espaço rural foi visto como um espaço marginalizado, posteriormente como espaço integrado e finalmente como um espaço a descobrir e valorizar, contribuindo para que alguns espaços rurais apresentem já dinâmicas de atração. Este processo encontra-se facilitado pela maior integração da mobilidade territorial na vida quotidiana, estando já longe os tempos em que os espaços rurais apenas detinham populações autóctones locais ou com identidade territorial com o local. Na realidade, os espaços rurais são hoje, mais do que nunca, espaços de vida (MARQUES, 2004; CAVACO, 2009). Segundo Oliveira Baptista (2010) diferenciam-se duas realidades na população e na economia dos territórios rurais. No rural de baixa densidade e agrícola, o envelhecimento da população e o despovoamento são ainda muito vinculados, o que se reflete nas economias locais. No rural urbano e rural da indústria e serviços, as economias, apesar das suas debilidades, estruturam-se em torno principalmente em dinâmicas produtivas e de prestação de serviços, inseridas em economias mais amplas. No rural de baixa densidade e agrícola, as economias locais estão sobretudo associadas ao suporte da população rural tradicional, prevalecendo as transferências de rendimentos, as receitas não monetárias e as atividades de âmbito local. São economias de resistência local, onde se torna necessário encontrar formas e modalidades de articulação com as economias cada vez mais globais.

A diversidade e heterogeneidade dos espaços rurais têm uma correspondência direta na pluralidade de estudos e propostas de classificação territorial realizados em Portugal ao longo da última década. Estes trabalhos são marcados por uma grande multiplicidade de contextos institucionais, de perspetivas teóricas e metodológicas, de objetivos e de critérios de delimitação, traduzindo, assim, numa grande diversidade de âmbitos e categorias do rural, nomeadamente:

- A classificação dicotómica do rural em oposição ao não rural, onde se considera a globalidade dos espaços rurais como espaços desfavorecidos (por exemplo: áreas de montanha, de acordo com a regulamentação comunitária), integrada num contexto de operacionalidade;

- Uma tipificação da ruralidade e do rural que varia desde áreas mais fragilizadas, sobretudo áreas remotas e de montanha, até áreas rurais das imediações das regiões metropolitanas e dos centros urbanos regionais, num contexto de identificação de problemáticas e potencialidades de desenvolvimento;
- Uma abordagem centrada nas questões sectoriais da agricultura, baseada nas noções de fileira, agente, competitividade e território, permitindo distinguir o rural pelas dinâmicas socioeconómicas e pela competitividade da agricultura;
- Uma visão pelas dinâmicas socioeconómicas do espaço rural, partindo da população residente isolada ou em aglomerados de pequena dimensão (menos de 2000 habitantes), onde a diversidade do rural é classificada com base em componentes de ocupação populacional e de presença da agricultura;
- Uma delimitação dos espaços rurais no mosaico territorial de Portugal, revelando a diversidade existente no território português, onde o que era cidade e o que era campo dá origem a um mosaico onde as fronteiras poderão não estar bem definidas, em virtude de se ter procurado delimitar pela lógica do que está a ser vivido e construído.

3. A DIVERSIDADE DAS ABORDAGENS E DAS TIPOLOGIAS DO RURAL EM PORTUGAL

3.1. Uma classificação dicotómica: rural versus não rural

Uma classificação dicotómica que diferencia o «rural» do «não rural» foi apresentada pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (2006) com o objetivo de operacionalizar os apoios ao desenvolvimento rural no período de programação comunitária 2007-2013. Partindo da metodologia de classificação territorial da OCDE, que classifica as NUT III em três tipos de espaços - predominantemente urbanas, intermédias e predominantemente rurais -, os autores classificaram como rural as freguesias: classificadas como predominantemente urbanas mas estão inseridas em áreas territoriais consideradas como desfavorecidas; classificadas como significativamente rurais mas são consideradas desfavorecidas, ou não sendo desfavorecidas, pertencem a concelhos em que pelo menos 10% de população ativa está na agricultura e silvicultura; classificadas como predominantemente rurais; não podem integrar aglomerados populacionais com mais de 15.000 habitantes. Em resultado da aplicação destes critérios, o território «rural» ocupa uma vasta superfície, abrangendo a quase totalidade das áreas desfavorecidas, com uma densidade populacional muito baixa e significativamente inferior à média do Continente e da UE. Os espaços rurais são, assim, assimilados a territórios qualificados como desfavorecidos, absorvendo até algumas freguesias sede de concelho que, pela sua vocação cada vez mais urbana, mas também pela importância que assumem em termos de polarização e estruturação dos territórios rurais, deveriam ser classificados como espaços urbanos ou de transição urbano-rural. No interior do País, apenas são considerados como espaço “não rural” os territórios das freguesias centrais das principais cidades, ou seja, os espaços qualificados como não desfavorecidos.

3.2. Uma classificação operacional baseada em problemáticas e potencialidades

O projeto do GPPAA e do Observatório do QCA III (coordenado por N. Vitorino, P. A. Feio e B. Dimas, 2004) teve como objetivo o acompanhamento da execução do QCA III, através de uma análise das problemáticas do desenvolvimento económico e social do território. Procurou-se avaliar se a relação potencial entre a diminuição da ocupação agrícola e o êxodo rural, bem como os efeitos negativos do abandono agrícola. Considerou-se que os desequilíbrios territoriais implicam custos elevados na dotação de equipamentos e infraestruturas, particularmente em territórios de menor densidade populacional. Foi salientado que na generalidade dos concelhos do interior do país o esvaziamento demográfico acelera o processo de despovoamento e o abandono das localidades rurais de menor dimensão, aumentando o risco de desertificação física.

A abordagem privilegiou um quadro de análise que integra as problemáticas sub-regionais do QCA III. Em virtude da ausência de uma definição unívoca de rural, optou-se por formular uma leitura da ruralidade que reunisse variáveis referenciadas na abordagem das problemáticas do desenvolvimento territorial e outras específicas: à densidade demográfica e à dispersão urbana juntou-se o peso da população agrícola familiar para exprimir a vertente humana do rural; para a económica considerou-se a parcela do VAB atribuída à agricultura e silvicultura, introduzindo-se dois indicadores do emprego no sector agrícola; por fim, quantificou-se a dimensão física da ruralidade através da percentagem da área concelhia ocupada por agricultura e floresta.

Com os indicadores referidos procedeu-se a uma análise fatorial concelhia e a uma análise de clusters, delimitando quatro zonas de potencialidades (rendibilidade agrícola, rural misto, dinâmica populacional e rural social) e quatro de problemáticas (competitividades, oportunidades, desafios e fragilidades). Em suma, trata-se de delimitação dos espaços rurais baseada na identificação de problemáticas e potencialidades de desenvolvimento. Conjugando as zonas de potencialidades com as zonas problemáticas foram identificadas várias categorias territoriais para cada região. No caso concreto da Região Norte diferenciaram-se áreas rurais fragilizadas do interior e de montanha; polos de desenvolvimento em áreas fragilizadas; áreas de transição; áreas de desenvolvimento intermédio; coroa metropolitana e centros de nível regional.

No entanto, esta classificação revela algumas insuficiências e limitações que comprometem a generalização dos seus resultados. Por um lado, aspetos referentes ao contexto geográfico e às condições de vida e funcionalidade não foram tidos em consideração, uma vez que o estudo tinha uma forte preocupação com a diminuição da ocupação agrícola e os seus efeitos negativos. Por outro lado, a desagregação ao nível do concelho não reflete as diferentes realidades dos espaços rurais, mas antes uma diferenciação entre os territórios do interior ou fronteiriços e os territórios do litoral.

3.3. Uma diferenciação pela competitividade agrícola e dinâmicas socioeconómicas

O projeto “Portugal Rural: territórios e dinâmicas”, desenvolvido pelo GPPAA (2003), partiu de uma abordagem do desenvolvimento dos territórios rurais centrada em quatro noções: fileira, agente, competitividade e território. Entre os agentes existentes no espaço rural salientam-se os diversos intervenientes nas fileiras, bem como as autarquias e outros agentes institucionais, existindo ainda agentes não presentes no território que têm influência sobre este. Como agentes das fileiras produtivas refiram-se

os agricultores e suas famílias, as unidades de transformação e comercialização de alimentos, bem como empresas industriais e de serviços, centros de formação, agências de crédito, etc. Em termos de competitividade, foi salientado que esta se apreende mais facilmente ao nível da fileira, tendo sido adotada uma noção de competitividade sustentável que se inspira e remete para as dimensões do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes económica, social e ambiental.

A delimitação dos territórios do denominado Portugal Rural baseou-se em dois critérios: o primeiro assenta em índices de competitividade agrícola e de dinâmica socioeconómica do território, os quais revelam também, indiretamente, o peso relativo das fileiras de base agrícola e não agrícola no padrão geral de especialização do território; o segundo assenta no padrão de especialização agro-florestal do território. Os índices elaborados resultaram de uma análise fatorial de onze variáveis, associadas à competitividade agrícola ou à dinâmica socioeconómica do território. A partir destas duas dimensões, os espaços rurais são classificados em quatro categoriais: rural dinâmico/agricultura competitiva; rural dinâmico/agricultura frágil; rural frágil/agricultura competitiva; rural frágil/agricultura frágil.

A pertinência e objetividade da classificação dos territórios rurais com base nesta abordagem não anulam as reservas que suscita o exercício que está na sua origem. Por um lado, embora tenham sido delimitados três níveis hierárquicos, o nível mais desagregado (rural/agricultura) apenas refletiu as dinâmicas socioeconómicas e a competitividade da agricultura, não integrando o padrão de especialização agro-florestal como fator de diferenciação das freguesias. Por outro lado, muito embora tenham sido referenciadas variáveis referentes à inserção geográfica, à ocupação do território, às dinâmicas demográficas e ao povoamento, às condições de vida e funcionalidade e à estrutura produtiva, os cálculos efetuados, à escala de freguesia, apenas consideraram variáveis associadas às dinâmicas socioeconómicas e à estrutura produtiva agrícola, pelo que a delimitação final apresenta uma perspetiva setorial centrada na agricultura.

3.4. Uma classificação com base nas dinâmicas socioeconómicas do espaço rural

Esta classificação foi o resultado parcial do Projeto AGRO 62 - As dinâmicas socioeconómicas do espaço rural do Continente português, em que participaram equipas da ANIMAR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural), do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas e do Instituto Superior de Agronomia, sendo o projeto coordenado por Oliveira Baptista (2003). Para delimitar o rural foi estabelecido o concelho como unidade de análise e considera-se, como população rural, o conjunto de população isolada e que vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes. Assim, em cada concelho pode haver, e é o que sucede na maior parte dos casos, população urbana e população rural. A diversidade do rural foi, depois, estabelecida com base em dois indicadores: a percentagem da população rural ativa agrícola na população rural ativa e a densidade rural (calculou-se dividindo a população residente rural pela área rural). Esta delimitação do espaço rural pelas dinâmicas socioeconómicas do espaço rural considera a diversidade com base em componentes de ocupação populacional e de presença da agricultura. Assim, definiram-se quatro zonas: “Rural de baixa densidade” - a densidade rural é inferior a 30 habitantes/km²; “Rural agrícola” - densidade rural superior a 30 habitantes/km² e percentagem de população rural ativa agrícola na população rural ativa maior ou igual a

15%; “Rural de indústria e serviços” - densidade ≥ 30 e ≤ 100 habitantes por km^2 e uma população rural ativa agrícola na população rural ativa $< 15\%$; “Rural urbano” - densidade rural > 100 habitantes/ km^2 e a percentagem da população rural ativa agrícola na população rural ativa $< 15\%$.

Da aplicação destes critérios não resultaram manchas contínuas, tendo-se procedido à transferência de uma tipologia para outra de 43 concelhos. Por último, recorrendo a um conjunto de 32 variáveis externas aos critérios utilizados para definir as zonas, validou-se, com recurso à análise de variância, a hipótese de diferenciação entre si das zonas delimitadas. Dos resultados do zonamento destaca-se que ao rural urbano cabe quase metade da população rural e um terço do VAB Agricultura + Floresta e que no rural de baixa densidade, apesar de compreender seis décimos da superfície total, apenas reside 16% da população rural. Embora as variáveis utilizadas na delimitação tenham um âmbito limitado, a classificação apresentada acaba por permitir uma diferenciação territorial relativamente clara. Porém, a expressão “rural de baixa densidade”, utilizada à escala de freguesia, nem sempre se revela muito adequada, pois nos territórios rurais de baixa densidade essa situação é muito frequente, mesmo em casos em que a indústria e serviços têm maior expressão. Por outro lado, a delimitação dos espaços urbanos em territórios de baixa densidade, à escala de freguesia, tende a considerar as áreas predominantemente urbanas e a generalidade das sedes de concelho como áreas urbanas ou áreas de interface urbano-rural.

3.5. Os espaços rurais no mosaico territorial de Portugal

No âmbito do trabalho de investigação realizado por Teresa Sá Marques (2004), um dos aspetos abordados prendia-se com a leitura do mosaico português e dos processos em curso. No âmbito da abordagem do sistema urbano e ordenamento do território foram apresentados vários domínios de análise: estrutura socioeconómica, atividades e emprego, centralidades e redes, mobilidade e infraestruturas de transporte, edificação e habitação e substrato agro-florestal. Considerando os vários domínios de análise foi feita uma sintetização temática e, posteriormente, uma sintetização global que diferenciou dez tipos de espaços: culturas mediterrâneas ou prados e pastagens permanentes num contexto regressivo de baixa densidade mas grande dependência das atividades agroflorestais; prados e pastagens permanentes e em grandes explorações num contexto de baixa densidade populacional e atividades agrícolas em regressão; matas e florestas num contexto de baixa densidade populacional e atividades agrícolas em regressão; baixa densidade populacional e construtiva num contexto de ocupação agrícola; matas e florestas e policultura num contexto em que as atividades agrícolas regredem e as atividades industriais emergem; indústria difusa num contexto em que as atividades e a ocupação agrícola são regressivas; periferias metropolitanas associam-se às freguesias das áreas urbanas alentejanas; periferia urbana muito dinâmica evidencia uma estrutura social diversificada e uma morfologia de ocupação do solo heterogénea; tecido urbano relativamente consolidado onde dominam os residentes; altas densidades associam-se a elevada concentração no emprego terciário e a dinâmicas residenciais por vezes regressivas. A delimitação dos espaços rurais no mosaico territorial de Portugal revela uma grande diversidade no território português, onde o que era cidade e o que era campo dá origem a um mosaico onde as fronteiras poderão não estar bem definidas.

4. CONCLUSÃO: UM RURAL PLURAL

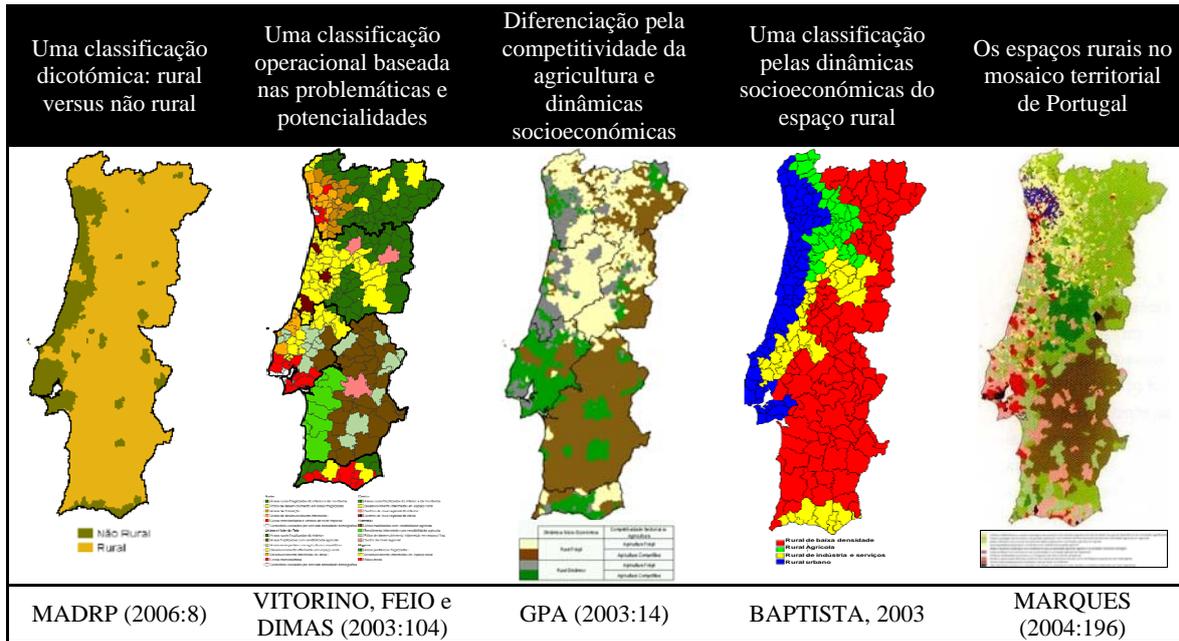
As abordagens e as tipologias enunciadas a partir de um conjunto, limitado mas representativo, de estudos recentes revelam bem até que ponto é difícil construir uma definição relativamente consensual do território rural e das suas declinações ou configurações «geosocioeconómicas», confirmando a tese de estarmos hoje perante um «rural plural» (FIGUEIREDO, 2011). A pluralidade resulta, naturalmente, da multiplicidade de contextos, perspetivas e objetivos de análise mas também da diversidade e complexidade dos próprios territórios que dificultam, ou pelo menos condicionam, a classificação territorial. Como parece ficar claro na descrição dos tipos e características das categorias territoriais enunciadas nos estudos analisados (quadros 1 e 2), as definições de rural e das suas variantes temáticas ou funcionais são incompatíveis com qualquer exercício de simplificação e generalização conceptual. As abordagens analisadas conduzem a classificações e tipologias dos territórios rurais muito diversificadas e evidenciam características e padrões de delimitação relativamente heterogêneos. Embora se considere que estas abordagens apresentam aspetos pertinentes na sua delimitação, as mesmas são predominantemente estáticas e tendem a exprimir objetivos de operacionalidade e lógicas setoriais. Na generalidade dos casos, têm dificuldade em diferenciar os espaços rurais integrando a complexidade das componentes que o caracterizam ou, porventura, o podem vir a diferenciar.

Quadro 1. Tipos e características do rural

Autor	Tipos	Características
MADRP (2006)	Rural	Baixa densidade populacional e áreas desfavorecidas. Diminuição populacional e uma maior distância aos centros urbanos.
	Não Rural	Áreas integradas em cidades ou com elevada densidade. Crescimento populacional associado a melhores acessibilidades.
VITORINO, FEIO e DIMAS (2003)	Áreas rurais fragilizadas do interior e de montanha	Importância da agricultura; potencial no ambiente e paisagem. Importância de apoio ao desenvolvimento local, de intervenções exógenas e combate à exclusão social.
	Polos de desenvolvimento em áreas fragilizadas	Desenvolvimento em espaços mais atrasados. Polarização sub-regional, atração de atividades económicas. Agricultura com alguma importância económica.
	Áreas de transição	Aspetos endógenos positivos, mas enfrenta uma reconversão industrial. Importância da atividade agrícola de estrutura minifundiária, mas com baixos rendimentos.
	Áreas de desenvolvimento intermédio	Aspetos endógenos positivos, mas enfrenta uma reconversão industrial. Risco de destruição do espaço rural e desordenamento do território pelo crescimento populacional acentuado.
GPPAA (2003)	Coroa metropolitana e centros de nível regional	Forte crescimento populacional, com risco de destruição do espaço rural e desordenamento do território. A atração pode contribuir para o despovoamento do espaço rural.
	Rural frágil/agricultura frágil	Baixos níveis de competitividade agrícola e de dinâmica socioeconómica; potencialidades no domínio das amenidades rurais e do lazer.
	Rural frágil/agricultura competitiva	Elevado nível de competitividade agrícola, mas dinâmicas socioeconómicas regressivas
	Rural dinâmico/agricultura frágil	Elevado nível de dinâmica socioeconómica, mas com uma agricultura regressiva e pouco competitiva
Projeto Agro 62 (BAPTISTA,	Rural de Baixa Densidade	Densidade rural é inferior a 30 habitantes/km ² .
	Rural Agrícola	Densidade rural superior a 30 habitantes/km ² e % de população rural ativa

Autor	Tipos	Características
2003)	Rural de Indústria e Serviços	agrícola na população rural ativa maior ou igual a 15%. Densidade ≥ 30 e ≤ 100 habitantes por km^2 e % de população rural ativa agrícola na população rural ativa $< 15\%$.
	Rural Urbano	Densidade rural > 100 habitantes/ km^2 e % de população rural ativa agrícola na população rural ativa $< 15\%$.
MARQUES (2004)	Culturas mediterrâneas ou prados e pastagens permanentes ...	Perdas populacionais, baixa densidade; população envelhecida; forte dependência do sector agro-florestal; culturas mediterrânicas ou prados e pastagens permanentes e superfície não utilizadas.
	Prados e pastagens permanentes em baixa densidade populacional ...	Baixas densidades; perdas populacionais menos significativas; famílias de reduzida dimensão; baixa densidade construtiva; oportunidades de emprego inexistentes, atividades agrícolas diminuem; prados e pastagens permanentes ou terras em pousio.
	Matas e florestas num contexto de baixa densidade populacional ...	Espaço pouco povoado e em regressão; população envelhecida; atividades agrícolas em regressão, escassas oportunidades de emprego na indústria e serviços; fraca acessibilidade às centralidades de comércio e serviço; Matas e florestas.
	Baixa densidade populacional e construtiva ...	Fracas densidades populacionais e construtivas; presença de atividades agrícola, reduzido emprego na indústria e serviços; policultura ou usos hortícolas; densidades e estruturas sociais e económicas próximas das morfologias urbanas.
	Matas e florestas e policultura ...	Densidades intermédias e dinâmicas positivas; proximidade ao comércio e serviços, regressão das atividades agrícola, emergência de atividades industriais; estruturas sociais pouco qualificadas; matas e florestas e policultura.
	Indústria difusa ...	Densidades populacionais intermédias, contexto demográfico jovem e dinâmico; especialização na indústria; dinâmicas construtivas, prados temporários e culturas forrageiras, policultura.
	Periferias metropolitanas ...	Estrutura populacional estável e densidade intermédia e/ou densidades e dinâmicas altas e níveis de instrução razoáveis; atividades de comércio e restauração, emprego na indústria e serviços, razoável oferta de funções (comércio e serviços).
	Periferia urbana muito dinâmica ...	Densidade e dinâmicas populacionais e construtivas altas a muito altas; forte presença de pessoas em idade adulta, níveis de instrução razoáveis; elevada concentração de emprego no comércio, indústria e serviços; pequenas e médias explorações de hortícolas.
	Tecido urbano relativamente consolidado ...	Densidades elevadas de população residente, emprego, construções e funções (comércio e serviços); contexto urbano relativamente consolidado; emprego dominante no sector terciário.
	Altas densidades ...	Altas densidades associam-se a dinâmicas populacionais por vezes regressivas; oferta de comércio e serviços é alta, elevada concentração de emprego no terciário e nas áreas mais qualificadas; dinâmicas de construção razoáveis; urbano muito denso.

Quadro 2. Os diferentes padrões de delimitação do rural



Os espaços rurais têm manifestado transformações significativas e processos de evolução diferenciados ao longo do tempo, evidenciando-se múltiplas realidades e dinâmicas territoriais. De facto, os espaços rurais em Portugal não correspondem a espaços homogêneos pois não existe um único espaço rural, mas vários e com realidades e dinâmicas diversificadas. O contexto atual é de grande incerteza, e no futuro os grandes desafios ambientais, energéticos, alimentares, demográficos, sociais, económicos e políticos vão exigir capacidades de resposta, ou seja habilidades locais/regionais para responderem ao aumento da ubiquidade das oportunidades e das ameaças. Neste sentido, é crucial incorporar nos processos de tipificação territorial a cenarização prospetiva. As macro tendências interagem com as micro realidades, e essas configurações territoriais vão conduzir a representações do rural cada mais diversificadas e plurais, que se vão traduzir em inúmeras conformações e oportunidades. No entanto, os territórios rurais com défices de capital territorial (sem recursos diferenciadores), muito dependentes do investimento público ou com uma espessura institucional débil são potencialmente perdedores num contexto cada vez mais global. É preciso avaliar a vulnerabilidade de cada território rural aos diferentes riscos e desafios globais, definir as margens de intervenção, identificar as estratégias a desenvolver e apreciar as capacidades de adaptação dos diferentes territórios. Concluindo, as abordagens tipológicas têm de ser enriquecidas com processos de governança territorial e cenarização de impactos territoriais, que construam cenários exploratórios alternativos de desenvolvimento territorial.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, N. (2010): *Tempos de mudança nos territórios de baixa densidade. As dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro*, Tese de Doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BAPTISTA, F. O. (coord.) (2003): *As dinâmicas socioeconómicas dos espaços rurais do continente português*, Projecto Agro 62, ISA, INIA, ANIMAR.
- BAPTISTA, F. O. (2010): *O Espaço Rural. Declínio da agricultura*, Lisboa, Celta Editora, 213 p.
- CAVACO, C. (2009), “Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar”, Baptista, Jacinto e Mendes, *Os territórios de baixa densidade em tempos de Mudança*, CM Proença-a-Nova, pp.39-72.
- EDORA (2011): *European Development Opportunities in Rural Areas*. Final Report.
- FIGUEIREDO, E. (coord) (2011): *O rural plural – olhar o presente, imaginar o futuro*, Territórios da Mudança, 100Luz, Castro Verde.
- GPPAA (2003): *Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas*. Lisboa, MADRP /GPPAA.
- MADRP (2006): *Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013*, Documento para Consulta Pública, MADRP.
- MANDL, I.; OBERHOLZNER, T.; DORFLINGER, C. (2007): *Social capital and job creation in rural Europe*, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, European Commission.
- MARQUES, T. S. (2004): *Portugal na Transição do Século. Retratos e dinâmicas territoriais*, Afrontamento, Porto.
- MATHIEU, N. (1990) : “La notion de rural et les rapports ville-campagne en France. Des années 1950 aux années 1980”, *Économie rurale*, n.º 197, p. 35-41.
- MILIAN, Johan; BARTHE, Laurence (2012): “Espaces de la faible densité - état des lieux et problématiques”, DATAR, *Des systèmes spatiaux en perspective. Territoires 2040*. Territoires en mouvement, nº 7, pp. 141-160.
- OCDE (1994): *Creating rural indicators for shaping territorial policy*, OCDE, Paris.
- OCDE (2001): *Examens territoriaux de l’OCDE. Teruel, Espagne*, OCDE, Paris.
- OCDE (2006): *The New Rural Paradigm: Policies and Governance*, OCDE, Paris.
- RAMOS, Luís et al. (2007): “Espaços rurais: novos paradigmas”, CCDR-N, *PROT Norte – Estudos Complementares de caracterização territorial e diagnóstico regional*, CCDR-N, Porto.
- VITORINO, N.; FEIO, P. A. e DIMAS, B. (coord.) (2004): *Desenvolvimento Rural e Ruralidade em Portugal: Uma Análise Empírica*, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/Observatório do QCA III, GPPAA.
- WANDERLEY, M. (2000): “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo”, *Estudos Sociedade e Agricultura*. 15: pp. 87-145.